



PODER

PF vai apurar ataques virtuais ao Banco Central

Toffoli autoriza inquérito sobre suposta ação orquestrada de influenciadores contra a autoridade monetária após liquidação do Master

» LUANA PATRIOLINO
» RAFAELA GONÇALVES

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar a atuação de influenciadores digitais em um suposto ataque orquestrado ao Banco Central, por meio das redes sociais, após a autoridade monetária decretar a liquidação extrajudicial do Banco Master. O processo foi autorizado pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

As suspeitas surgiram após influenciadores de direita denunciarem terem sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas ao BC. O objetivo seria atacar a liquidação do Master e colocar em xeque a credibilidade da autoridade monetária. A partir disso, a PF produziu um relatório preliminar e o entregou a Toffoli.

A apuração iniciou-se após a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) identificar um volume atípico de publicações nas redes sociais relacionadas ao processo de liquidação, em novembro do ano passado. Os influenciadores Rony Gabriel e Juliana Moreira Leite afirmaram ter recebido propostas para postar em seus perfis discursos em defesa da instituição de Daniel Vorcaro.

A PF fez uma análise preliminar das postagens e identificou possíveis crimes. Ao Supremo, justificou que a abertura do inquérito é para apurar se houve uma ação orquestrada — e paga — contra o Banco Central. A apuração está sendo conduzida pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) e tramita sob sigilo no âmbito da corporação. Com isso, os investigadores poderão tomar depoimentos e analisar mais profundamente o material colhido.

A defesa de Vorcaro negou o acerto com influenciadores e informou que ele "não tem qualquer relação com a contratação ou difusão de fake news, tampouco com campanhas digitais de difamação contra autoridade pública".

"Vorcaro já requereu a abertura de investigação específica para apurar origem, autoria e responsabilidade pela produção e circulação dessas notícias falsas

Antonio Augusto/STF



Dias Toffoli é relator do caso Master no Supremo: investigação da Polícia Federal também vai tramitar sob a competência da Corte

e ofensivas, justamente para afastar insinuações indevidas e permitir o esclarecimento completo dos fatos", diz a nota dos advogados do banqueiro. "A defesa permanece colaborando com as autoridades competentes e segue à disposição para contribuir com o avanço das apurações relacionadas a este e aos demais aspectos."

Prejuízos

Os custos associados à quebra do Master já ultrapassam R\$ 50 bilhões, segundo estimativas iniciais. O valor total das perdas ainda é incerto, à medida que autoridades e instituições financeiras apuram os prejuízos provocados ao Banco de Brasília (BRB), fundos de pensão e empresas que mantinham

investimentos na instituição. Somente os recursos que devem ser resarcidos aos clientes pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) estão estimados em R\$ 46,9 bilhões, sendo R\$ 40,6 bilhões referentes ao Master e outros bancos do conglomerado e R\$ 6,3 bilhões relacionados ao Will Bank.

Uma investigação independente ainda apura os prejuízos causados ao BRB pelo Master. O Banco Central determinou que a instituição estatal provisoriamente R\$ 2,6 bilhões para cobrir perdas com a compra de carteiras de crédito fraudulentas avaliadas em R\$ 12,2 bilhões. Até a liquidação do Master, o BRB já havia recuperado cerca de R\$ 10 bilhões e ainda avalia a necessidade de aporte adicional. O Ministério Público de seis

estados investiga aplicações de fundos de previdência estaduais e municipais em títulos do Master. Dados do Ministério da Previdência Social indicam que, entre outubro de 2023 e dezembro de 2024, institutos de aposentadoria aplicaram mais de R\$ 1,8 bilhão em letras financeiras do banco, sem cobertura do FGC.

Um dos casos envolve o Rioprevidência, fundo de servidores do Rio de Janeiro, que aplicou cerca de R\$ 970 milhões nos papéis do Master. Em 23 de janeiro, a Polícia Federal fez operação de busca e apreensão em endereços ligados a executivos da autarquia.

No Amapá, a Amprev investiu R\$ 400 milhões em letras financeiras do Master, e o Ministério Público estadual analisa a

compatibilidade das aplicações com a política de investimentos do órgão. No Amazonas, o Amazonprev também está sob investigação por possíveis irregularidades nos investimentos.

Diversas empresas privadas e estatais também registraram aplicações no conglomerado financeiro. A Cedae (RJ) adquiriu R\$ 220 milhões em letras financeiras do Master; a Emae detém R\$ 140 milhões em CDBs emitidos pelo Letsbank; a Oncoclinicas possui R\$ 433 milhões em CDBs do Master e busca retomar a participação de 15% de Vorcaro na empresa para compensar perdas; e o fundo XP Private Equity I aplicou R\$ 73,5 milhões em CDBs do Master, sem uso de capital próprio da XP Asset Management.

Planalto tenta se descolar do escândalo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio às investigações sobre fraudes do Banco Master, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, procurou descolar o governo de envolvimento no caso. Ela argumentou que o escândalo foi revelado e está sendo apurado na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E destacou haver "muitos mais governos de oposição" ligados ao imbróglio.

"A oposição tem que explicar os envolvimentos dos seus governos com essa questão. O governo do Distrito Federal, o governo do Rio de Janeiro, que estão envolvidos com os fundos de pensão em relação ao Master", disparou a ministra, durante café da manhã com jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto. "A oposição também tem de explicar por que Fabiano Zettel, cunhado do Vorcaro (Daniel Vorcaro, dono do Master), foi o maior doador individual da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio. Parece-me que tem

muito mais explicações para a oposição dar do que o governo. Quem tinha relação com o Master eram eles, isso está claro", acrescentou.

Questionada sobre a reunião de Lula com Vorcaro, em dezembro de 2024, argumentou que o chefe do Executivo "recebe muita gente, recebe muitos donos de bancos, muita gente do mercado financeiro". A orientação do governo é para atuar na estrita técnica e legalidade na apuração dos fatos. Tanto que foi no nosso governo que o dono do Master foi preso, foi no nosso governo que foi feita a liquidação e é no nosso governo que está sendo feita a investigação rigorosa pela PF", disse.

Ministério

Gleisi também negou que a saída do ex-ministro Ricardo Lewandowski da pasta da Justiça e Segurança Pública tenha sido provocada pelo envolvimento do escritório de advocacia da família do magistrado com o Master. Ressaltou que

Lewandowski prestou consultoria ao banco antes de assumir o posto no governo e, conforme sustentou, ele informou Lula sobre contratos que tinha na iniciativa privada. "Quando o presidente convidou

o ministro, ele tinha contrato de consultoria com o Master. Ele informou ao presidente e adotou todas as medidas necessárias para assumir o cargo, se afastou, saiu da consultoria, se afastou do escritório

de advocacia, como manda a lei", argumentou.

Inicialmente, Gleisi afirmou que "nós sabíamos que ele prestava serviços ao Master". Depois, corrigiu-se e disse que o ex-ministro relatou ao presidente as suas atividades privadas.

"Ele avisou que prestava atividades privadas e teria de se afastar. Não sei se ele falou exatamente do Master, mas falou de atividades privadas. Ele deve ter comentado, mas isso não é um impedimento. Vamos lembrar que isso não afetou em nada a fiscalização e a apuração dos fatos", declarou.

A ministra frisou que a Polícia Federal, sob o comando de Lewandowski, foi responsável pela investigação do caso. "A relação que o governo tem é a fiscalização rigorosa da que aconteceu e da apuração e responsabilização. Em nenhum momento o governo titubeou sobre isso", afirmou. (Com Agência Estado)



Gleisi disse que a oposição tem de explicar seu envolvimento no caso

» Código de conduta

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, marcou uma reunião para o próximo dia 12 com os outros 10 magistrados da Corte na qual pretende discutir a criação de um código de conduta voltado aos integrantes de tribunais superiores. Ele também quer dialogar sobre a crise e os desdobramentos do caso Master. Fachin tenta convencer o relator, Dias Toffoli, a retornar o inquérito para a primeira instância. A estratégia é vista como uma solução menos desgastante no momento. Toffoli tem sido questionado pelos recuos em decisões e por interferência na autonomia da Polícia Federal na investigação. Além disso, críticos têm apontado a suposta ligação da família do ministro com Daniel Vorcaro, dono do Master.

» Riscos de governança

O caso do Master com o BRB expõe os riscos de um ambiente bancário altamente competitivo que pode estimular práticas de governança mais frágeis, avalia a Fitch Ratings em relatório sobre o setor financeiro em economias emergentes. Para a agência de classificação de risco, a corrida por escala e participação de mercado pode empurrar instituições menores a assumir riscos além do adequado, enfraquecendo controles internos. A Fitch destaca que bancos de pequeno porte, sobretudo os que crescem de forma acelerada, costumam subestimar riscos operacionais e operar com estruturas de treinamento e supervisão aquém do necessário.

A orientação do governo é para atuar na estrita técnica e legalidade na apuração dos fatos. Tanto que foi no nosso governo que o dono do Master foi preso, foi no nosso governo que foi feita a liquidação e é no nosso governo que está sendo feita a investigação rigorosa pela PF

Gleisi Hoffmann, ministra da Secretaria de Relações Institucionais